



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

Mestrado

Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho Final de Mestrado

Relatório de Estágio

As Alterações Climáticas e a Cooperação Internacional – o Caso da Fundação
Fé e Cooperação (FEC)

Gonçalo Vicente Toscano Pessôa

Orientação:

Luis Mah

Ana Melo

Outubro 2022



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

Mestrado

Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho Final de Mestrado

Relatório de Estágio

As Alterações Climáticas e a Cooperação Internacional – o Caso da Fundação
Fé e Cooperação (FEC)

Gonçalo Vicente Toscano Pessoa

Orientação:

Luis Mah

Ana Melo

Outubro 2022

Lista de Siglas e Acrónimos

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNFCCC – Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

GEE – Gases do Efeito de Estufa

PDNA – Avaliação das Necessidades pós-Desastres

ONG – Organização Não Governamental

ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC – Organizações da Sociedade Civil

FEC – Fundação Fé e Cooperação

VIDA – Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano

DCD – Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento

DEDAS – Departamento de Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social

DAF – Departamento Administrativo e Financeiro

PDN – Plano de Desenvolvimento Nacional

FRESAN – Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

PAM – Programa Alimentar Mundial

kuPE – Kulonguela pala Ekongoko – Educar para a Saúde

MED – Ministério da Educação

MINSA – Ministério da Saúde

GPEJD – Gabinete Provincial da Educação, Juventude e Desportos do Namibe

GPS – Gabinete Provincial da saúde do Namibe

OG – Objetivo Global

OE – Objetivo Específico

IIMS – Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

NEE – Necessidades Educativas Especiais

DH – Direitos Humanos

AL – Autoridades Locais

Tdr – Termos de Referência

I'M – Instrumento de Monitorização

MEL – Matriz de Enquadramento Lógico

Em defesa da igualdade de género como valor imperativo subjacente aos Direitos Humanos, onde se lê o “o”, deverá ler-se também “a” sempre que aplicável.

RESUMO

No decorrer das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a um aumento estonteante da frequência e intensidade dos desastres e catástrofes naturais. O continente africano, apesar de ser o que menos contribui para este tipo de fenómenos, é o que tem sofrido mais com os mesmos, sendo que tem vindo a registar temperaturas elevadíssimas, secas, inundações, ciclones, entre outros desastres naturais, o que põe em causa milhões de vidas humanas, e que é, de facto, bastante preocupante. Neste sentido, algo absolutamente fundamental é precisamente a aceleração da construção e apoio à mitigação e adaptação às alterações climáticas em África, no sentido de fortalecer a resiliência das comunidades mais vulneráveis a este tipo de catástrofes naturais.

Para fazer face a este problema que assola, não só os países do Sul Global, como todo o mundo, foram assinados e implementados um conjunto de Acordos Internacionais, nomeadamente a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC), o Protocolo de Kyoto, o Acordo de Copenhaga, o Acordo de Paris, e o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030, para citar os mais relevantes.

A cooperação internacional joga um papel fundamental no que respeita a esta temática. Neste sentido, este trabalho debruça-se sobre a temática subjacente à mitigação, adaptação e resiliência das comunidades mais vulneráveis à degradação ambiental, bem como algumas intervenções levadas a cabo pela ONGD Fundação Fé e Cooperação (FEC) neste âmbito, em que, de alguma forma, o estagiário esteve envolvido.

Palavras-chave: resiliência; adaptação; mitigação; Acordo de Paris; desastres naturais; alterações climáticas.

ABSTRACT

Over the last decades, we have been witnessing a staggering increase in the frequency and intensity of natural disasters and catastrophes. The African Continent, despite being the one who contributed the least to this rise, is the one that has been suffering the most. Extremely high temperatures, droughts, floods, cyclones are some of the catastrophes that have been decimating the continent, endangering thousands of human lives. It is an urgent and troubling issue that requires immediate action. In this sense, something absolutely fundamental is precisely the expansion and acceleration of construction and support for the mitigation and adaptation to climate change in Africa, in order to strengthen the resilience of the communities most vulnerable to this type of phenomenon.

In order to face this problem, not only the countries of the Global South, but the whole world, were signed and implemented a set of International Agreements, namely the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), the Protocol Kyoto, the Copenhagen Accord, the Paris Agreement, the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030, to name the most relevant.

International cooperation has a fundamental role in this area. In this sense, this work focuses on the underlying theme of mitigation, adaptation, and resilience of communities most vulnerable to environmental degradation, as well as some interventions carried out by the NGO Fundação Fé e Cooperação (FEC) in this context, in which, in some way, the intern was involved.

Keywords: resilience; adaptation; mitigation; Paris Agreement; natural disasters; climate change.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, endereço os meus agradecimentos a todo o corpo docente do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, por todo o acervo de conhecimentos que me foram transmitidos, e em particular ao professor Luis Mah, não só pelo apoio e disponibilidade na orientação do presente Trabalho Final de Mestrado, mas também ao longo de todo o curso.

À Fundação Fé e Cooperação (FEC), pela oportunidade, acolhimento e acompanhamento que me foi proporcionado na realização do estágio curricular e respetivo relatório, em especial à Ana Melo e Catarina Lopes, pela atenção e todos os conhecimentos que me disponibilizaram.

À minha família, por todo o suporte, ajuda e conselhos que me transmitiram ao longo da minha vida e nos últimos 5 anos, que marcam o meu percurso académico universitário.

Por fim e não menos importante, aos (as) meus (minhas) amigos (as) e às pessoas maravilhosas que tive a oportunidade de conhecer através do mestrado, que sempre me apoiaram, acreditaram e foram incansáveis ao longo destes últimos anos.

Índice

Lista de Siglas e Acrónimos	i
RESUMO	iii
Agradecimentos	v
Introdução.....	1
Desenvolvimento, adaptação climática e a cooperação internacional	2
2.1. A abordagem das capacidades de Amartya Sen.....	2
2.2. Resiliência e adaptação climática.....	3
2.3. Desenvolvimento e adaptação climática.....	4
2.4. Acordos Internacionais implementados no âmbito do combate às alterações climáticas ...	4
2.5. As secas no Sul de Angola.....	6
Caracterização da ONGD FEC.....	7
3.1. Apresentação da Fundação Fé e Cooperação (FEC)	7
3.2. O papel da organização.....	8
3.3. Eixos estratégicos de transformação social.....	9
3.3.1. Educação, conhecimento e competências	9
3.3.2. Boa governação e Advocacia	10
3.3.3. Cidadania Global e Direitos Humanos	10
3.4. Redes e Parceiros	11
3.5. Departamentos Inseridos no Seio da Organização	12
3.5.1. Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento (DCD).....	13
3.5.2. Departamento de Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social (DEDAS)	13
3.5.3. Departamento de comunicação.....	14
3.5.4. Departamento Administrativo e Financeiro (DAF)	14
Desenvolvimento do Estágio	15
4.1. Candidatura CICL	15
4.2. Resumo e preenchimento de dossier técnico do projeto MA TUNINGI Agricultura Sustentável, Organizações Fortalecidas e Comunidades Resilientes em Moçâmedes	18
4.3. Revisão do Diagnóstico de Espaços de Educação de Infância.....	19
4.4. Realização de portfólio FEC relativo aos projetos desenvolvidos nos últimos anos (2017- 2026)	20
4.5. Levantamento dos recursos produzidos pela organização, suscetíveis de serem replicados	20

4.6. Transcrição de entrevistas realizadas no âmbito do projeto “Raízes e Cultur@ - Empreendedorismo cultural e reforço da identidade e cultura moçambicana”	21
4.7. Revisão do relatório intermédio do projeto IN Escola Inclusiva: Qualidade da Oferta e Sustentabilidade	21
4.8. Elaboração de TDR para o projeto USAKI Somos Ambiente	22
4.9. Preenchimento do IM do projeto MA TUNINGI – Agricultura Sustentável, Organizações Fortalecidas e Comunidades Resilientes em Moçâmedes	23
4.10. Preenchimento de Dossier Técnico – Projeto Ekevelo Esperança na Resiliência: Reforço da Segurança Alimentar e Nutricional das Comunidades no Município do Virei	23
Análise do estágio curricular à luz do enquadramento teórico	24
Considerações Finais	27
ANEXOS	29
ANEXO 1	29
ANEXO 2	30
ANEXO 3	31
ANEXO 4	32
Referências Bibliográficas	33

Capítulo 1

Introdução

Face ao crescente impacto das alterações climáticas em todos os aspetos da vida humana, em particular na sociedade, economia e meio ambiente no geral, torna-se premente a abordagem desta temática numa ótica de resiliência, sustentabilidade e adaptabilidade a este fenómeno aterrorizador, sendo que o próprio desenvolvimento da sociedade humana e o meio ambiente se encontram intrinsecamente relacionados, bem como a salvaguarda dos direitos humanos (DH) de todos os indivíduos à escala global.

Está prevista, até ao final do século XXI, uma subida das temperaturas em África bastante elevada e alarmante (cerca de 4° a 6°C), facto que requer enormes esforços tanto por parte destes países, como pela comunidade internacional, via apoio financeiro e desenvolvimento de projetos e programas que permitam a mitigação e combate aos efeitos avassaladores deste fenómeno.

O presente relatório de estágio tem como ponto de partida a situação de seca severa observada na região Sul de Angola desde o ano de 2012 e que, só até 2016, afetou mais de 1 milhão de pessoas nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe, tendo prejudicado, maioritariamente, os setores da pecuária, agricultura e pescas, o que tem conduzido a inúmeros problemas e constrangimentos socioeconómicos nesta localização geográfica. Neste sentido, é imperativo a instalação de capacidades adaptativas e o encontro de soluções globais que respondam eficazmente às alterações climáticas, através de melhorias relativas à sustentabilidade da produção agrícola, fortalecimento da governança em termos climáticos, bem como a mitigação e gestão dos riscos passíveis de tomarem forma, tendo sempre em linha de conta a igualdade de género como questão transversal a todas as ações levadas a cabo.

A metodologia empregue para a realização do mesmo prende-se, primeiramente, com um enquadramento teórico da problemática relativa às alterações climáticas, bem como quais medidas e áreas interventivas têm sido fundamentalmente formuladas e implementadas no sentido de combater as mesmas, tanto por via dos acordos internacionais ratificados neste âmbito, como também na aplicabilidade dos mesmos.

Posteriormente, será feita a caracterização da instituição na qual o discente realizou o estágio curricular como trabalho final de mestrado, bem como a descrição detalhada das atividades desenvolvidas pelo mesmo, seguida de uma reflexão crítica e uma nota conclusiva tanto do trabalho desenvolvido, como do próprio relatório em si.

Capítulo 2

Desenvolvimento, adaptação climática e a cooperação internacional

2.1. A abordagem das capacidades de Amartya Sen

A abordagem das capacidades de Sen¹ foca-se numa abordagem de capacidades dos indivíduos, ou seja, nos meios, oportunidades ou liberdades que permitem um conjunto de “funcionamentos”. Neste sentido, um argumento central é que a economia, e particularmente o PIB per capita, não é suficiente para medir o desenvolvimento de cada país, isto porque não leva em conta a condição física que as pessoas se encontram, nem as capacidades que as mesmas têm de obter e possuir habilidades.

Assim sendo, a centralidade do desenvolvimento consiste na eliminação de diversos tipos de privações que se deparam com os indivíduos e, neste sentido, o mesmo pode ser analisado como um processo de expansão das liberdades individuais e a existência de capacidades nas pessoas para levarem o tipo de vida que objetivam e que as mesmas atribuem valor. (Sen, *The Concept of Development*, 1988)

Neste quadro, um funcionamento é entendido como o que uma pessoa consegue ser ou fazer, sendo que este reflete uma parte do estado de cada indivíduo.

Por outro lado, a capacidade de um indivíduo assume-se por via de várias combinações de funcionamentos que determinado ser humano consegue alcançar, é a

¹ Economista indiano nascido em 1933, recebeu o prémio Nobel das Ciências Económicas em 1998 muito em parte devido ao seu contributo ligado à economia do bem-estar e teoria da escola social, bem como a sua ligação com os membros mais pobres da sociedade. (Britannica, s.d.)

liberdade que o indivíduo possui para tomar decisões e fazer escolhas nas mais variadas formas, sendo que o principal foco é justamente a liberdade. (Sen, 2003)

2.2. Resiliência e adaptação climática

O continente africano regista temperaturas consistentemente mais elevadas, sendo que se prevê uma subida mais elevada do que a média global no presente século, dando-se, portanto, um aumento da ocorrência de secas, inundações, entre outros desastres naturais. Neste sentido, prevê-se a ocorrência de uma subida de 4° a 6°C até ao final deste século na África Ocidental, Tropical e no Sahel. Assim sendo, é absolutamente fundamental a ampliação e aceleração do apoio à adaptação às alterações climáticas em África, através do desenvolvimento de capacidades, gestão colaborativa, envolvimento do setor privado, empoderamento dos jovens e das mulheres, e melhoria da governação em termos climáticos. (UNDP , 2018)

Esta capacidade de adaptação diz respeito à capacidade de encontrar soluções e responder às alterações climáticas, (Denton, 2013) sendo que a mesma assume a forma de melhoria das técnicas de produção agrícola, sempre numa ótica de não deixar ninguém para trás no quadro da erradicação da pobreza e da fome até ao ano de 2030, fortalecimento da governação climática eficiente e eficaz, inclusiva e responsável, boas práticas de gestão de recursos naturais, capacitação local, regional e nacional relativa à prevenção destes fenómenos no seio das sociedades, mitigação dos riscos e informação fundamentada no que toca às questões climáticas e promoção da igualdade de género. (UNDP , 2018)

A capacidade de governança revela-se fulcral a este respeito, pois refere-se à capacidade de liderar, planear e agir e, deste modo, formular e implementar políticas ligadas à adaptação climática, (Denton, 2013) através da melhoria da tomada de decisões fundamentadas, bem como a integração de políticas, numa ótica compartilhada entre governos, comunidades e grupos de interesse. (UNDP , 2018)

2.3. Desenvolvimento e adaptação climática

Assumindo que o desenvolvimento se refere, em larga parte, a esta abordagem das capacidades dos indivíduos, por via dos meios, oportunidades ou liberdades que permitem o conjunto de funcionamentos aos mesmos, bem como a eliminação dos diversos tipos de privações que as pessoas enfrentam, poder-se-á de igual modo aferir que a degradação ambiental se revela uma privação nas mais variadas formas (como privação no acesso à educação, oportunidades económicas, insegurança alimentar, entre muitas outras) e, seguindo esta lógica, o fortalecimento da resiliência no seio das comunidades, regiões e países face a este tipo de fenómenos contribui, efetivamente, para o desenvolvimento socioeconómico das sociedades e, deste modo, para a proteção do ambiente enquanto um direito humano, em concomitância com o crescimento económico sustentado bem como a expansão dos funcionamentos dos indivíduos (como ter acesso à saúde, educação e facilidades económicas).

2.4. Acordos Internacionais implementados no âmbito do combate às alterações climáticas

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC), datada no ano de 1992 (Savaresi, 2015) e operacionalizada através do Protocolo de Kyoto², (United Nations Climate Change , s.d.) procurou o alcance de um consenso internacional relativo às medidas a serem implementadas no sentido de estabilizar as concentrações de gases de efeito de estufa (GEE) na atmosfera a um nível que não ponha em causa todo o sistema climático global. (Savaresi, 2015) Neste sentido, o aumento da temperatura média anual em termos globais não poderá exceder os 2°C, comparativamente ao período pré-industrial.

² Protocolo adotado no ano de 1997 e que entrou em vigor em 2005, devido a um complexo processo de ratificação. O mesmo vincula os países mais desenvolvidos e em transição para economias mais desenvolvidas a limitarem e reduzirem as emissões de GEE, bem como a adoção de medidas e políticas de mitigação dos efeitos adversos das alterações climáticas e informem a comunidade internacional com devida regularidade, tendo em conta as metas que os mesmos se propuseram a alcançar. (United Nations Climate Change , s.d.)

Em 2009, dá-se o Acordo de Copenhaga, que teve diversos elementos centrais, a saber: a limitação do aumento da temperatura média anual a menos de 2°C em comparação com os níveis pré-industriais, sujeito a uma devida revisão no ano de 2015, bem como a promessa dos países desenvolvidos de financiarem projetos, ações e intervenções que permitam a redução das emissões de GEE e adaptação aos efeitos nocivos das mudanças climáticas nos países do sul global (United Nations Climate Change , s.d.), através do fornecimento de tecnologia, recursos financeiros e construção de capacidades para procederem à devida adaptação e criação de resiliência face à degradação ambiental. (Denton, 2013)

O acordo de Paris representa um marco bastante importante no que respeita ao combate às alterações climáticas à escala global pois, pela primeira vez, foi um acordo que vinculou todas as nações a nível mundial em torno de uma causa comum que é o combate às mudanças climáticas e a adaptação aos seus efeitos. Foi adotado na COP 21 em Paris, a 12 de dezembro de 2015, sendo que entrou em vigor a 4 de novembro de 2016 e teve como objetivo fundamental a limitação do aquecimento global muito a baixo dos 2 °C e, preferencialmente, a baixo dos 1,5°C, comparativamente aos níveis pré-industriais.

Este acordo vem reafirmar o dever dos países mais desenvolvidos de liderarem a prestação de apoio financeiro aos países menos desenvolvidos e mais vulneráveis a estes fenómenos, sendo que também incentiva o mesmo, de forma voluntária, a outros países interessados. Neste sentido, este investimento serve, justamente, para a garantia da resiliência e adaptação climática no seio das comunidades locais, regiões e países mais vulneráveis à degradação do meio ambiente.

O Acordo de Paris também faz referência ao desenvolvimento e transferência de tecnologias que permitam a melhoria de técnicas resilientes às alterações climáticas, bem como a redução das emissões de GEE.

Também se faz uma grande alusão à capacitação com relação ao clima e meio ambiente dirigida aos países em desenvolvimento, no sentido de os mesmos adotarem práticas mais sustentáveis e resilientes, que permitam uma maximização dos produtos gerados, em concomitância com as boas práticas que não ponham em causa o meio ambiente e o clima. (United Nations Climate Change , s.d.)

Por fim e não menos importante, o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030, que foi oficialmente adotado aquando da Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas em Sendai, no Japão, a 18 de março de 2015. Este foi especificamente desenhado para a promoção da resiliência dos países e comunidades no que concerne a desastres das mais variadas ordens.

O Quadro de Sendai enfoca-se, grosso modo, na gestão de riscos de desastres naturais, tanto dos que são provocados pelo homem, como os biológicos, tecnológicos e ambientais, sendo que também se enfoca bastante no setor da saúde.

O mesmo foca-se nas vidas humanas, meios de saúde e subsistência, e nos ativos, sejam eles físicos, sociais, culturais, ambientais ou económicos, sendo que o seu objetivo fulcral é precisamente a prevenção de novos riscos de desastres, bem como a redução dos mesmos, através do desenho e implementação de um conjunto de medidas económicas, estruturais, sociais, sanitárias, ambientais, educacionais, tecnológicas, políticas e institucionais, numa ótica inclusiva que evite a exposição aos riscos e vulnerabilidade das comunidades no geral e como um todo. (Disaster Risk Management Information Management System , s.d.)

2.5. As secas no Sul de Angola

O Sul de Angola tem vindo a sofrer secas bastante severas desde o ano de 2012, mais especificamente nas províncias do Namibe, Huíla e Cunene, bem como significativas partes de Cuando Cubango e Benguela, sendo que algumas destas regiões registaram as temperaturas mais secas dos últimos 35 anos em 2015/2016. Tendo em conta a Avaliação das Necessidades pós-Desastres (PDNA), supervisionada pelo PNUD, até ao ano de 2016, esta seca extrema afetou 1.139.064 habitantes das províncias do Namibe, Huíla e Cunene, contando com prejuízos económicos estimados em cerca de 750 milhões de dólares nestas mesmas províncias, com os setores ligados à pecuária, às pescas e à agricultura a serem os mais prejudicados. Para além disso, existe uma forte tendência de abandono familiar, violência doméstica, desflorestação e uma situação de desnutrição bastante alarmante.

A seca extrema nesta região é um problema de facto bastante antigo, tendo já ocorrido na década de 1990 e até muito anteriormente. Não obstante as mesmas ocorrerem periodicamente, tudo aponta para que os problemas advindos das alterações climáticas e do aquecimento global aumentem em frequência e magnitude, bem como a ocorrência de inundações no futuro. Assim sendo, é impreterível a criação de resiliência aos efeitos adversos das mudanças climáticas na região, através do reforço institucional e capacitação local. (Banco Mundial , 2022)

Neste quadro de seca extrema no sul de Angola, diversas das tarefas levadas a cabo pelo estagiário estiveram ligadas a projetos beneficiários das subvenções proporcionadas pelo Programa de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola (FRESAN) e as próprias linhas de financiamento da cooperação portuguesa, nomeadamente o projeto Kulonguela Pala Ekongoko – Educar para a Saúde (kuPe), MA TUNINGI – Agricultura Sustentável, Organizações Fortalecidas e Comunidades Resilientes em Moçâmedes e Ekevelo | Esperança na Resiliência: Reforço da Segurança Alimentar e Nutricional das Comunidades no Município do Virei.

Capítulo 3

Caracterização da ONGD FEC

3.1. Apresentação da Fundação Fé e Cooperação (FEC)

A Fundação Fé e Cooperação (FEC) foi fundada em 1990 pela Igreja Católica Portuguesa e é uma organização não-governamental para o desenvolvimento, sendo que tem a sua atuação centrada nos países de língua oficial portuguesa, designadamente Portugal, Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.

A missão da organização é, precisamente, a promoção do Desenvolvimento Humano Integral, baseado numa sociedade digna, justa e inclusiva em termos globais e, neste sentido, a aposta fundamental centra-se na sustentabilidade dos projetos, com resultados e impactos significativos no seio das populações alvo de intervenção.

Neste quadro geral, salientam-se um conjunto de princípios transversais a todas as ações levadas a cabo pela FEC:

- 1) dignidade humana, sem discriminação de género, etnia, religiosidade, política ou estrato social;
- 2) justiça social, assegurando-se as necessidades básicas dos grupos-alvo, bem como a partilha de bens e recursos;
- 3) participação, no sentido de que cada pessoa deve ser o ator essencial da mudança;
- 4) cidadania global, visando uma sólida corresponsabilidade entre os cidadãos e, desde modo, promover a mobilização social, solidariedade e estilos de vida sustentáveis;
- 5) Parcerias & Redes no caminho para o desenvolvimento sustentável; sustentabilidade, através da centralidade da responsabilidade económica, social e ambiental, no sentido de se alcançar um futuro comum;
- 6) e profissionalismo & transparência no serviço prestado aos grupos mais vulneráveis.

3.2. O papel da organização

A organização é marcada por um caminho de trabalho com realidades bastante diferentes e pelo desenvolvimento das suas intervenções com muitos parceiros.

Neste contexto, a FEC procura sempre fazer pontes e cruzar realidades geográficas, religiosas, culturais e sociais e, deste modo, promove um diálogo voltado para a inovação social.

Esta organização apresenta um cariz católico, sendo que é um ator de uma rede global de organizações católicas, tem o seu fundamento ligado à Doutrina Social da Igreja e promove o diálogo inter-religioso, objetivando o bem comum.

A mesma aposta fortemente em parcerias assentes no diálogo, procurando parcerias de longa duração assentes na confiança entre todos os parceiros envolvidos, bem como na concretização de objetivos comuns e partilha de competências nas atividades levadas a cabo.

Por outro lado, baseando-se na evidência e diálogo, a FEC é, de facto, influenciadora de decisores, através do seu trabalho de advocacia e influência política, não fomentando uma lógica de confrontação, mas de denuncia de situações inaceitáveis e de injustiça no que concerne à dignidade humana, apresentando propostas e recomendações.

3.3. Eixos estratégicos de transformação social

A FEC atua essencialmente em três eixos, a saber: educação, conhecimento e competências; boa governação e advocacia; e cidadania global e direitos humanos. Os mesmos fazem parte do Plano Estratégico 2017-2021, plano este que reflete os valores e princípios, bem como as linhas orientadoras da ação desenvolvida pela instituição.

3.3.1. Educação, conhecimento e competências

Sendo um direito humano fundamental, a educação é um pilar crucial no que toca à construção de sociedades mais justas e inclusivas, sendo que a mesma está na base do desenvolvimento humano integral. Para além disso, a educação é uma peça essencial ao acesso ao emprego, geração de rendimentos e inovação.

Neste contexto, a FEC objetiva uma maior abrangência de pessoas devidamente qualificadas, trabalhando, deste modo, com professores, educadores, empreendedores, Agentes de Desenvolvimento Comunitários, jovens e encarregados de educação. Para além disso, a promoção da igualdade de género é algo transversal a toda a atuação com relação a este eixo estratégico.

Neste eixo estratégico, destaque para o “Programa de Reforço de Capacidades do Sistema Educativo da Guiné-Bissau (PRECASE)”, que pode ser observado com maior detalhe no anexo I.

3.3.2. Boa governação e Advocacia

Tendo como principais objetivos o desenvolvimento de um maior número de iniciativas de advocacia para a justiça social e a maior qualificação organizacional, torna-se absolutamente necessário a competência e mobilização do maior número de atores de desenvolvimento para o bem comum e políticas justas e inclusivas. Neste quadro, para além de ser preciso o fortalecimento dos sistemas de governação dos atores ligados ao desenvolvimento, é também essencial a influência de decisores económicos, políticos e religiosos, no sentido de promoverem políticas e práticas mais justas nestas mesmas áreas. Portanto, algo central e transversal em todas as áreas de intervenção da FEC é precisamente a coerência das políticas e o desenvolvimento sustentável, sendo que a mesma trabalha essencialmente com ONGs, ministérios, municípios, universidades, OSC e organizações religiosas.

Assim sendo, o anexo II faz referência a um exemplo de um projeto implementado no âmbito deste eixo pela organização, chamado “Nô Cirbe nô Povo – Capacitação da Administração Local para o Desenvolvimento Económico e Social.”

3.3.3. Cidadania Global e Direitos Humanos

Tendo em conta que o mundo atual se assume cada vez mais globalizado e interdependente, a cidadania global, como consciência da realidade e complexidade dos problemas atuais, e exercício de cidadania ativa no que respeita ao impulso de mudanças para o alcance de um planeta mais justo e sustentável, é algo essencial à vida comum. Assim sendo, a dignidade humana é um dos valores fulcrais no trabalho desenvolvido pela FEC e, sendo assim, os direitos humanos são a chave principal do trabalho desenvolvido pela mesma, sendo que se procura dar uma especial atenção aos direitos sociais, que continuam a ser sistematicamente violados, gerando desigualdade e pobreza.

Neste contexto, com vista à maior mobilização dos cidadãos no geral para a cidadania global e direitos humanos, a organização trabalha essencialmente com crianças e jovens, voluntários, líderes religiosos, decisores, associações locais, sociedade civil,

educadores e professores, apostando na mobilização e consciencialização de cidadãos comprometidos com a transformação social e defesa dos direitos humanos, sendo que a educação não formal e comunicação para o desenvolvimento fazem parte de todo o trabalho efetuado.

Neste quadro, o anexo III destaca a intervenção levada a cabo neste eixo, intitulada de “Promoção da Advocacia de Políticas Públicas Inclusivas em Angola (PAPPIA)”.

3.4. Redes e Parceiros

O trabalho em parceria e em rede é um valor de suma importância na atuação da FEC. Neste sentido, são estabelecidas parcerias com base no diálogo, na equidade e corresponsabilidade, com o objetivo de gerar a transformação social e justiça social almejada por ambas as partes.

Como organização católica, uma parte da missão da organização prende-se precisamente com o apoio a estruturas da Igreja Católica na sua ação social e promoção da justiça. Contudo, a atuação da FEC vai muito além do seu teor religioso, sendo que a sua política de parcerias é aberta a todas as organizações, independentemente da sua posição no plano religioso, e abrangendo a sociedade civil, academia, empresas, administração pública e redes que estão, efetivamente, comprometidas com o alcance da justiça social e dignidade humana.

A organização procura, em todas as suas intervenções, a construção de parcerias sólidas e de longa duração, ancorando organizações locais que são protagonistas do seu próprio desenvolvimento e, deste modo, procedendo ao fortalecimento de parceiros e facilitadores de processos, no sentido de garantir que os atores locais assumam a linha da frente no que concerne ao trabalho com as comunidades. (Fundação Fé e Cooperação, s.d.)

Neste contexto, importa referir que a FEC trabalha com mais de 60 parceiros e financiadores. Como parceiros, destacam-se a Rede Caritas, OSC locais (por exemplo, Mosaiko | Instituto para a Cidadania -Angola e Khandlelo – Associação para o Desenvolvimento juvenil – Moçambique), ONGD internacionais (por exemplo,

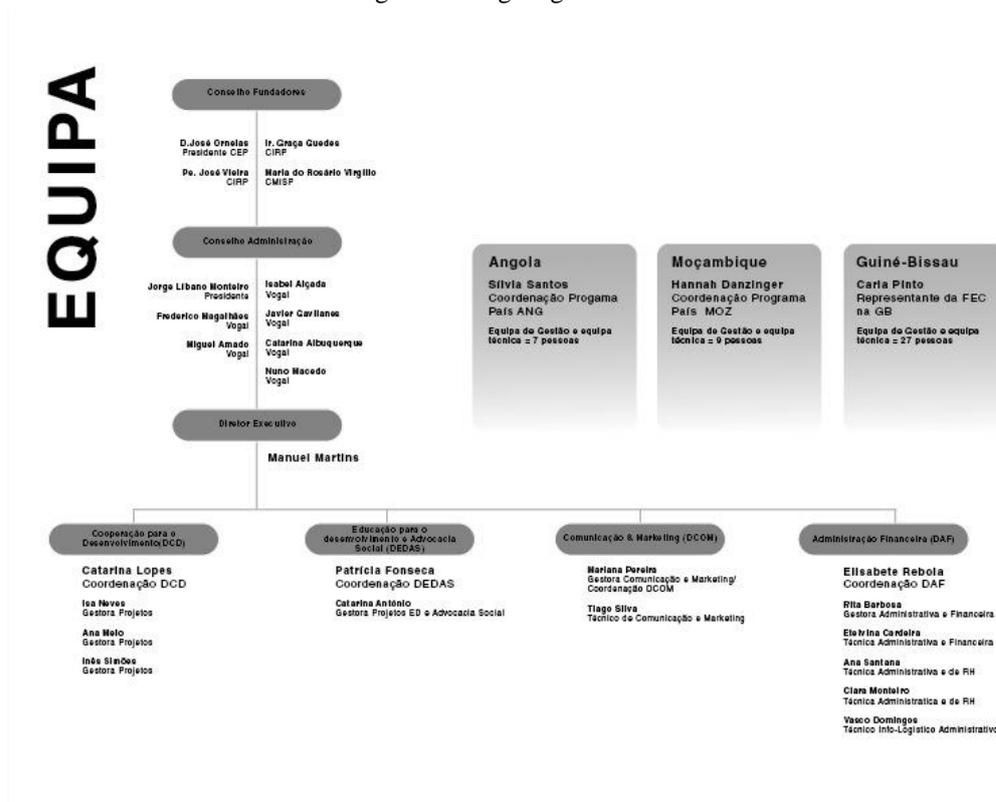
Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano (VIDA) e Fundação Gonçalo da Silveira) e estruturas da igreja (Conferências Episcopais, missões católicas, etc).

Já no que concerne aos financiadores, dentro dos principais, destaque para o Camões – Instituto da Cooperação e da língua (CICL)³, União Europeia (UE), Fundação Calouste Gulbenkian, Kindermissionswerk, Misereor, entre outras.

3.5. Departamentos Inseridos no Seio da Organização

Primeiramente, para um melhor entendimento da estrutura organizacional da FEC, observe-se o seguinte organograma:

Figura 1 – Organograma da FEC.



Fonte: FEC

³ Doravante serão empregues a designações Camões, I.P a Instituto de Camões.

3.5.1. Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento (DCD)

O DCD é o departamento responsável pelos projetos de cooperação internacional implementados pela FEC, particularmente na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. O mesmo atua nos três eixos estratégicos da organização (Educação, Conhecimento e Competências; Boa Governação e Advocacia; e Cidadania Global e Direitos Humanos)

Muitos dos projetos levados a cabo por este departamento não possuem uma efetiva especialização (por exemplo, só formação de professores), isto porque, não obstante os efeitos positivos e concisos que poderiam ser semeados, seriam perdidas um conjunto de realidades, sendo que as ações escamoteariam toda uma panóplia de determinantes, daí esta lógica mais macro, como é o exemplo do Projeto Raízes e Cultur@, que tem uma dimensão educacional, mas também cultural e empreendedora.

Ainda de referir que a área com mais poder da FEC é precisamente a educação. Contudo, a organização intervém em diversas outras áreas como a segurança alimentar e nutricional, empreendedorismo, cultura, advocacia social e política, direitos humanos, entre outras.

3.5.2. Departamento de Educação para o Desenvolvimento e Advocacia Social (DEDAS)

O DEDAS trabalha bastante com os cidadãos e comunidades, sendo que procede à consciencialização essencialmente em três níveis: 1) a comunidade escolar (como é o caso de algumas escolas na Damaia, ou em Santa Maria da Feira), procurando sempre por processos de transformação social e incluindo toda a gente, desde os alunos, aos professores e auxiliares educativos; 2) campanhas de interesse público (como as alterações climáticas ou os direitos das crianças); 3) *Advocacy* e plano político (pressão para uma coerência das políticas de desenvolvimento, e se estas contribuem efetivamente para o mesmo ou nem por isso); e 4) gestão da rede de voluntariado missionário.

3.5.3. Departamento de comunicação

Este departamento possui uma estrutura bastante recente, sendo que foi a partir de janeiro de 2022 que o mesmo começou a ter uma configuração de departamento de comunicação e conta com três funcionários. Serve de veículo para a divulgação e comunicação dos projetos, angariação de fundos, comunicação institucional (dirigida, por exemplo, a financiadores, novos parceiros, apresentações institucionais) e gere também a comunicação dos 20 projetos que a FEC está a implementar atualmente.

3.5.4. Departamento Administrativo e Financeiro (DAF)

O DAF assegura a administração geral, controle de atas do conselho de fundadores, conformidade dos estatutos e da localização da instituição, documentos legais, registos obrigatórios que a organização tem de possuir, apoio financeiro dos projetos, orçamentos anuais, prestação de contas e auditoria anual, questões fiscais, pedidos de isenção do rendimento do IRS dos cooperantes, remunerações dos colaboradores, e tudo isto é feito em sede da organização, em Portugal e, posteriormente, é tudo distribuído pelos diversos projetos a serem implementados.

Existe também um gestor financeiro na Guiné-Bissau e, em Angola, um gestor financeiro que presta apoio ao projeto MA TUNINGI | Agricultura Sustentável, Organizações Fortalecidas e Comunidades Resilientes em Moçâmedes e Ekevelo | Reforço da Segurança Alimentar e Nutricional das Comunidades no Município do Virei. Porém, este gestor é um recurso humano do parceiro Caritas Namibe.

Já em Moçambique, são os próprios gestores de projeto que reportam as questões financeiras afetas aos projetos desenvolvidos.

O departamento financeiro da FEC utiliza um sistema que tem o nome de “Sistema Mango”, que detém tudo encadeado, desde os custos do projeto, despesas feitas e resumo de tudo no relatório de gestão, faz o orçamento, vê o que foi executado e calcula o saldo do projeto.

Por fim, o departamento dá também apoio à formulação das candidaturas de projetos a financiamento.

Capítulo 4

Desenvolvimento do Estágio

Os objetivos gerais subjacentes à realização do estágio curricular foram o apoio na preparação de candidatura CICL, em especial no que respeita à pesquisa e sistematização de informação, caracterização do território e da população, nutrição, seca, segurança alimentar, etc; apoio na gestão de projeto e atividades, *procurement* e arquivo; e a contribuição para o portfolio FEC.

Neste contexto, nesta secção irá fazer-se referência a todas as atividades realizadas no âmbito do estágio realizado na FEC, bem como a sua contextualização.

4.1. Candidatura CICL

O Sul de Angola é uma região particularmente afetada pelas alterações climáticas, particularmente por secas graves e prolongadas. O impacto destes fenómenos e a ausência de respostas de longo prazo e estruturais evidenciam uma falta de alinhamento entre projetos nos municípios e o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 e pouca interação com as administrações municipais e projetos de combate à pobreza, o que, por sua vez, contribui em larga parte para a pobreza e o agravamento da mesma neste ponto geográfico do país.

No quadro de financiamentos de projetos de cooperação para o desenvolvimento proporcionados pelo Camões I.P., o projeto Kulonguela Pala Ekongoko – Educar para a Saúde (kuPE) pretende, através da saúde e educação, reforçar a resiliência e a segurança alimentar das comunidades dos municípios de Moçâmedes e Virei (Namibe), e reduzir os impactos negativos decorrentes da seca e má nutrição. Neste sentido, a intervenção que se pretende levar a cabo procura também uma efetiva transferência de competências para

os parceiros nacionais, prevendo-se ações diretas no município do Virei em três escolas e/ ou salas anexas da comuna Sede do Virei, que vão ao encontro de recursos humanos e direções dos estabelecimentos, tendo por base os currículos do ensino primário (educação) e dos protocolos (saúde) emanados dos ministérios e direções provinciais da tutela ((MED - Ministério da Educação, MINSA – Ministério da Saúde, GPEJD - Gabinete Provincial de Educação, Juventude e Desportos do Namibe e GPS – Gabinete Provincial da Saúde do Namibe). Um segundo nível deste projeto prende-se com a promoção da sustentabilidade e a possibilidade de replicação da intervenção noutros municípios dos quais o projeto não visa intervenção. O terceiro e último nível desta ação centra-se na definição de uma Estratégia Conjunta de Sensibilizações em escolas e postos de saúde, junto das comunidades com indicadores nutricionais mais baixos.

Assume-se ainda importante referir os objetivos globais (OG) e específicos (OE) deste projeto: Contribuir para o aumento de resiliência das comunidades afetadas pela seca prolongada, na Província do Namibe, sobretudo no âmbito da segurança alimentar e nutricional (OG); Reforçar a resposta integrada e com qualidade das estruturas de saúde e educação, em parceria com as autoridades municipais e da província (OE1); e aumentar o conhecimento na área da nutrição e segurança alimentar no Município do Virei (OE2).

Importa ainda salientar que este projeto é desenhado e será implementado numa parceria entre a FEC, a CUAMM (*Collegio Universitario Aspiranti Medici Missionari – Medici com L’Africa Onlus*) e a Caritas Diocesana do Namibe (CDN).

Feita a contextualização do projeto e o que se pretende levar a cabo, proceder-se-á, agora, à explanação do trabalho desempenhado no âmbito do mesmo. Seguindo toda a metodologia exigida relativa à elaboração de candidaturas a projetos desta natureza, elencam-se as principais tarefas desempenhadas:

Começou-se por proceder à análise da política setorial no plano nacional, enquadrada na fase de programação da gestão de ciclo de projeto. Deste modo, extraiu-se informação relativa aos Planos de Desenvolvimento Nacional (PDN); Plano de Desenvolvimento Provincial; Estratégia Nacional para o Desenvolvimento a Longo Prazo “Visão 2025”; prioridades das agendas internacionais como a de Adis Abeba ou o Acordo de Paris; último relatório do PNUD, censos 2014 (atividade económica, densidade populacional (por municípios e sexos), seca e fome, projeção populacional);

Foram recolhidos dados provenientes do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) de 2015-16 referentes a acesso à água, saneamento básico, escolaridade e alfabetização, emprego e ocupação, mortalidade infantil e situação alimentar e nutricional, no sentido de se proceder a um enquadramento que é exigido logo nos primeiros pontos da candidatura, designadamente os que dizem respeito às características do setor (natureza dos problemas que o projeto pretende colmatar, potencialidades e constrangimentos), bem como o ponto dos problemas a resolver e recursos a valorizar (principais problemas e soluções, e diferenças entre mulheres e homens face aos problemas identificados).

Foi realizado um levantamento dos projetos e iniciativas relevantes no mesmo âmbito setorial, passados, presentes e previstos, quer de iniciativas estatais como de outros atores locais e internacionais, no sentido de preencher o ponto “Outras Intervenções”, presente na ficha de candidatura relativa às diretrizes para apresentação de proposta de programa/projeto. Dentre estas intervenções, destaque para os programas governamentais angolanos na região do Namibe, bem como programas e projetos levados a cabo por ONGD como a FEC, bem como pelo PNUD, Programa Alimentar Mundial (PAM), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e FRESAN nesta região.

Outro ponto presente neste tipo de candidaturas é a descrição das características sociais, económicas, bem como a explicação da relevância de cada problema e a sua relação com o desenvolvimento socioeconómico da região, sendo que este ponto é designado por “Zona de Intervenção”. Neste sentido, procedeu-se a um levantamento de dados económicos, sociais, educacionais, projeção populacional, emprego, demografia e zona geográfica da região do Namibe, por municípios e comunas.

Foi também feito um mapeamento das escolas, por ensino e nível, bem como a sua distribuição por municípios e comunas.

Realizou-se uma revisão literária relativa a estratégias de saída, bem como o levantamento de alguns estudos de caso, no sentido de se proceder a uma reflexão e desenho da estratégia a ser levada a cabo no âmbito do projeto. Este é um processo que deve ser pensado logo na formulação do projeto e da candidatura, sendo que o objetivo do mesmo é precisamente a garantia da sustentabilidade e de impactos que promovam uma mudança positiva no término de um programa ou projeto, no seio das sociedades

beneficiárias. Esta tarefa permitiu um melhor entendimento do encerramento dos projetos de cooperação internacional, nomeadamente a importância e inclusão dos parceiros locais, a retirada de aprendizagens, importância do planeamento e monitorização da estratégia de saída em todas as fases da implementação efetiva do projeto, elementos administrativos de fecho da intervenção, a comunicação e relacionamento entre os parceiros, entre outros.

Foi ainda, no âmbito da candidatura, feito um resumo do projeto kuPe, para integração no ponto relativo a “resumo do projeto”, que é outro ponto que é necessário ser preenchido neste tipo de candidaturas a financiamento do Camões I.P.

Foi também dado apoio na identificação e integração da inclusão das mulheres no projeto ao longo da candidatura, pois as questões ligadas à igualdade de género assumem-se como transversais e têm de ser tomadas em conta na formulação de projetos de cooperação internacional levados a cabo pelas organizações proponentes dos mesmos.

O estagiário também contribuiu para a análise de riscos e mitigação dos mesmos, que é também um processo subjacente à gestão de ciclo de projeto.

O discente participou igualmente no desenho da árvore de problemas elaborada no âmbito do projeto, e que é também um processo no que toca à gestão do mesmo.

Por fim, foi feito todo um trabalho de revisão da candidatura, ao longo do processo e no fim do mesmo, bem como a sistematização e organização das fontes recorridas, por forma a garantir a melhor qualidade possível da proposta.

4.2. Resumo e preenchimento de dossier técnico do projeto MA TUNINGI | Agricultura Sustentável, Organizações Fortalecidas e Comunidades Resilientes em Moçâmedes

O projeto MA TUNINGI é uma intervenção que está enquadrada no programa FRESAN (Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola), que é financiado pela UE e implementado parcialmente pelo Camões I.P., pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Vall d’Hebron Barcelona Hospital Campus. Este programa tem como objetivo fundamental a

contribuição para a redução da pobreza, da fome e da vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional, por meio da promoção e fortalecimento da agricultura familiar sustentável nas províncias do Sul de Angola que foram e estão a ser afetadas pelas alterações climáticas, designadamente o Namibe, Cunene e Huíla. (FRESAN , s.d.)

Este projeto encontra-se ativo no período compreendido entre janeiro de 2022 e agosto de 2024, e propõe-se a contribuir para a redução da fome, pobreza e vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional, através do fortalecimento das atividades agrícolas familiares sustentáveis, nas províncias do Sul de Angola que foram mais afetadas pelas alterações climáticas (secas extremas), bem como a conservação e uso sustentável dos solos e pastos, reforçando a sua resiliência relativamente às alterações climáticas, através da adoção de práticas agrícolas que promovem a produtividade, o uso sustentável dos solos e iniciativas que levam ao fortalecimento organizacional nas redes comerciais de produtores.

Feita uma breve contextualização do projeto, a tarefa levada a cabo pelo estagiário foi precisamente a realização de resumo deste projeto, no sentido de se proceder à organização de dossier físico do projeto interno à organização, e com base nos documentos providenciados pela mesma.

4.3. Revisão do Diagnóstico de Espaços de Educação de Infância

Este diagnóstico relativo aos espaços de educação de infância foi elaborado no âmbito do projeto Somos Moçambique II. O projeto assume-se como uma continuação do projeto Somos Moçambique, que surge no contexto de recuperação e reconstrução decorrentes da devastação causada pelo Ciclone Idai, que ocorreu em março de 2019, seguido de cheias nas Províncias de Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Inhambane. Passada a primeira fase de emergência, em que a intervenção teve como objetivo fundamental salvar vidas e dar a primeira assistência alimentar e de saúde, esta segunda fase procura por uma recuperação e reabilitação, numa perspetiva de longo prazo e desenvolvimento socioeconómico.

Nesta quadro, esta intervenção surgiu através do consórcio FEC, Fundação Gonçalo da Silveira (FGS) e VIDA, em parceria com os parceiros locais (Arquidiocese da Beira e Direção Distrital de Educação), visando “contribuir para a redução da vulnerabilidade face ao ciclone IDAI e futuros desastres naturais, da população da Beira, Província de Sofala” (OG), para “reforçar a capacidade de resiliência da população da Beira, em particular do Bairro de Manga Mascarenhas, (...) através de ações integradas de educação, saúde e atividades geradoras de rendimento familiar (OE).

4.4. Realização de portfólio FEC relativo aos projetos desenvolvidos nos últimos anos (2017-2026)

Foi elaborado um portfólio dos projetos implementados pela FEC no período compreendido entre 2017 e 2026, no qual foram designadas as metas alcançadas, os ODS para que os mesmos concorreram e concorrem, a localização geográfica, os setores e os eixos (CAD/OCDE), bem como os parceiros envolvidos nestas intervenções. Para além disso, houve uma especial atenção e organização do mesmo por tópicos, nomeadamente os correspondentes à igualdade de género, boa governação, direitos humanos, segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, cultura, juventude/empreendedorismo e capacitação institucional.

Este portfólio foi formulado com o objetivo de comunicar para o exterior as ações que a organização tem levado a cabo (como financiadores, novos parceiros ou doadores particulares).

4.5. Levantamento dos recursos produzidos pela organização, suscetíveis de serem replicados

Esta atividade teve como objetivo o levantamento dos recursos produzidos pela FEC, que são possivelmente passíveis de serem replicados em outras intervenções levadas a cabo pela mesma. Estes recursos foram extraídos, maioritariamente, pelo *website* da organização.

4.6. Transcrição de entrevistas realizadas no âmbito do projeto “Raízes e Cultur@ - Empreendedorismo cultural e reforço da identidade e cultura moçambicana”

O projeto Raízes e cultur@ é uma intervenção levada a cabo em Maputo, nos períodos compreendidos entre setembro de 2018 e junho de 2022, tendo como financiadores o Camões, I.P. e a UE, e contando com a parceria da associação Khandlelo – Associação para o Desenvolvimento Juvenil.

O projeto pretende a promoção do desenvolvimento socioeconómico através de uma sociedade mais justa, inclusiva e tolerante (OG), através do fortalecimento da contribuição dos cidadãos, das OSC e das AL no que concerne ao seu próprio processo de desenvolvimento local, promoção dos direitos humanos e democráticos e boa governação (OE).

Neste sentido, a ação almejou a promoção de um trabalho participativo e de sólido entendimento entre as OSC e AL e entidades moçambicanas, com ações em Portugal e África sempre numa linha de atuação ligada à inovação social, empreendedorismo e criação de negócios com o mercado de trabalho.

Feita uma breve descrição da intervenção implementada, o trabalho desenvolvido foi precisamente a transcrição de um conjunto de entrevistas/ testemunhos, que servirão de meios para a realização da avaliação do próprio projeto.

4.7. Revisão do relatório intermédio do projeto IN | Escola Inclusiva: Qualidade da Oferta e Sustentabilidade

O Projeto “IN – Escola Inclusiva: qualidade da oferta e sustentabilidade”, surge na continuidade do projeto-piloto “IN: Da Institucionalização à inclusão”, implementado pela Cáritas Guiné-Bissau em parceria com a FEC, de 2018 a 2020. Pretende providenciar oportunidade formativa que permita aos professores e agentes educativos o desempenho da sua profissão com qualidade, junto das crianças e jovens, bem como a melhoria dos serviços da Casa de Acolhimento Bambaram e as atividades junto das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), famílias e a comunidade em geral.

Neste contexto, o projeto zela pela contribuição para que a sociedade guineense seja mais inclusiva, através de serviços de qualidade de Educação Inclusiva (OG), por meio do aumento da qualidade e acesso a uma Educação Inclusiva nos serviços prestados pela Casa Bambaram (OE), sendo que o público beneficiário direto do mesmo é precisamente esta casa de acolhimento e a comunidade local.

Assim sendo, o contributo dado neste projeto foi a revisão do relatório intermédio do projeto, que se dá a cada 3 meses. Esta revisão pretendeu perceber se os dados, resultados e ações levadas a cabo pelo projeto se encontravam corretos, sempre numa lógica de confrontação com o IM do próprio projeto, bem como revisão textual. Para além disso, o estagiário também participou na própria reunião mensal de IM do projeto.

4.8. Elaboração de TDR para o projeto USAKI | Somos Ambiente

O projeto USAKI procura aumentar a consciência ambiental, por meio da alteração de comportamentos no que se refere ao meio ambiente. Neste sentido, pretende melhorar a participação das OSC na divulgação dos desafios no plano ambiental e na gestão inclusiva dos recursos naturais em Angola, nas Províncias do Moxico e Cuando Cubango; fortalecimento das OSC/Grupos Locais de Direitos Humanos (DH) e as Autoridades Locais (AL) dos Municípios de Luena, Bundas e Menongue, no que se refere à temática do ambiente como um direito humano; promoção de boas práticas de gestão de recursos naturais; e informar e influenciar decisores públicos, bem como as OSC e os cidadãos no que concerne à proteção ambiental, gestão sustentável dos recursos naturais e economia circular.

Assim sendo, o projeto procura melhorar a participação das OSC na divulgação dos desafios ambientais e gestão inclusiva dos recursos naturais, em prol dos mais vulneráveis nas províncias do Moxico e Cuando Cubango (OG), através do fortalecimento das OSC/ Grupos locais de Direitos Humanos e as AL dos Municípios de Luena, Bundas e Menongue na temática de ambiente enquanto direito humano, promover boas práticas de gestão local dos recursos naturais através de iniciativas socioeconómicas sustentáveis, com incidência nas mulheres e nos jovens (OE1), informar e influenciar decisores públicos, as OSC, bem como os cidadãos no âmbito da proteção do ambiente, economia

circular e gestão sustentável dos recursos naturais, fortalecendo o trabalho em redes com atores públicos e privados (OE2).

Contextualizada a intervenção que está a ser levada a cabo, a tarefa desempenhada visou a elaboração de um documento relativo aos Termos de Referência (Tdr), que pretende contratar um consultor especialista em ambiente e DH e irá atuar nas Províncias do Moxico e Cuando Cubango. O mesmo realizará um diagnóstico no município de Luena sobre as oportunidades e desafios da economia circular, entre fevereiro de 2022 e janeiro de 2025, o que servirá também de suporte técnico e capacitação institucional nestas temáticas. Além disso, é ainda objetivo desta consultoria o levantamento dos principais desafios, constrangimentos e possíveis soluções com relação às iniciativas de economia circular.

Neste sentido, a tarefa levada a cabo pelo estagiário foi, em parceria com a supervisora do projeto, a realização dos Tdr para proceder à contratação do consultor. Definiram-se as principais atividades a serem desenvolvidas, a metodologia a ser empregue, os produtos a serem gerados e os requisitos para a sua contratação.

4.9. Preenchimento do IM do projeto MA TUNINGI – Agricultura Sustentável, Organizações Fortalecidas e Comunidades Resilientes em Moçâmedes

Esta atividade consistiu no preenchimento do IM do projeto, com base nos documentos providenciados pela FEC. Os campos preenchidos neste documento Excel são precisamente as atividades levadas a cabo no primeiro ano de projeto, bem como o seu cronograma; o Quadro Lógico Alargado (Objetivos, resultados/produtos, indicadores dos mesmos, metas e atividades).

4.10. Preenchimento de Dossier Técnico – Projeto Ekevelo | Esperança na Resiliência: Reforço da Segurança Alimentar e Nutricional das Comunidades no Município do Virei

O projeto Ekevelo, enquadrado no programa de financiamento FRESAN, procura contribuir para a redução da vulnerabilidade e construção de resiliência nas comunidades, visando uma situação mais estável de segurança alimentar e nutricional,

através da disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade dos alimentos, bem como o direito dos povos no que toca a decidir e gerir os seus próprios recursos naturais e sistemas agrícolas e alimentares, face à volatilidade e risco climático que enfrentam no seu quotidiano. Visa também um trabalho de proximidade e capacitação dos dirigentes técnicos das AL e OSC, que trabalham diretamente no terreno com as comunidades locais mais afetadas.

O trabalho realizado pelo estagiário com relação a este projeto prende-se com a realização de Dossier Técnico do projeto (interno à organização), pelo que foram preenchidos espaços como a ficha do projeto (localização geográfica, eixos de transformação social, grupos-alvo, atividades principais, datas previstas, parceiros, custos do projeto e financiadores); ficha do financiador e parceiros (tipo de instituição, área de intervenção, bem como informações gerais do mesmo); atividades levadas a cabo e lombadas, para suporte físico e com base nos documentos providenciados pela instituição em que se desenrolou o estágio.

Capítulo 5

Análise do estágio curricular à luz do enquadramento teórico

No desenrolar do estágio curricular, foram desempenhadas toda uma variedade de tarefas ligadas a projetos relativos à mitigação e adaptação climática no continente africano. Foi efetivamente possível perceber, através das ações levadas a cabo pela organização, que o desenvolvimento de capacidades (através da melhoria das técnicas agrícolas, inclusivas e sustentáveis), o trabalho em rede e parceria, a transferência de tecnologia, as intervenções numa lógica de “efeito cascata”, bem como o especial enfoque no empoderamento das mulheres e jovens, é algo absolutamente fundamental e indispensável no que respeita à luta contra as alterações climáticas e erradicação da pobreza, tanto no seio desta região, como em qualquer outra parte do mundo, tudo isto numa lógica de gestão de riscos, saúde e educação.

Não foi efetivamente possível aferir de facto se houve ou não mudanças positivas no que respeita aos projetos que o estagiário esteve inserido. No entanto, com base nos

relatórios anuais, bem como alguns IM de atividades, estão a ser, na sua generalidade, realizadas com sucesso, apesar de algumas das mesmas terem sofrido alguns atrasos, decorrentes do constrangimento ligado à Pandemia COVID-19. De referir ainda que, apesar de não ter havido um envolvimento direto, existem problemas no que respeita às avaliações de impacto dos projetos de cooperação internacional levados a cabo pelas ONGD, devido, muito em parte, às limitações orçamentais por parte dos organismos financiadores de programas e projetos desta natureza.

É ainda possível observar que, através dos projetos que o estagiário teve a oportunidade de conhecer, as pessoas não se assumem como componentes isoladas e, portanto, o trabalho desenvolvido pela instituição trabalha em diversos níveis, sejam eles sociais ou económicos, locais ou nacionais. Por exemplo, as intervenções levadas a cabo com crianças em risco, ou com deficiências (físicas ou mentais). As ações desenhadas têm de ir muito além destas crianças, nomeadamente o trabalho desenvolvido com professores, diretores, amas, comunidades e até os próprios governos, no sentido de criar redes e sinergias. A organização opta sempre por prestar apoio no que concerne à formação dos próprios professores, diretores, autoridades locais, comunidades, sempre numa ótica de replicação dos conhecimentos adquiridos pelos próprios grupos-alvo, ao invés de só providenciar a mesma a um grupo de pessoas em específico e, portanto, denota-se alguma sustentabilidade dos projetos neste sentido, bem como a inclusão do máximo de indivíduos e organizações possíveis em todos os processos. Este modo de atuar vai muito em linha de conta com um dos valores principais subjacentes à organização, que é precisamente o desenvolvimento humano integral.

Relativamente à influência que a igreja católica tem na organização, existe um grande paralelo entre a doutrina social da igreja e a declaração dos direitos humanos, o que, de certo modo, acaba por moldar a atuação da FEC, mas sempre numa ótica humanitária e de luta contra a pobreza. Para além disso, a instituição trabalha com comunidades portadoras das mais diversas religiões, sempre numa linha de raciocínio de não deixar ninguém para trás, daí também ser possível a identificação de outro paralelismo com o valor ligado ao desenvolvimento humano integral. Contudo, apesar de a organização identificar algumas situações inaceitáveis e degradantes dos direitos humanos das pessoas, as mesmas podem não fazer propriamente parte da doutrina social da igreja, como é o caso da mutilação genital feminina. No entanto, existe sempre uma

especial atenção no empoderamento das pessoas relativamente aos seus direitos, ainda que, em situações bastante delicadas, seja feita de uma maneira mais subtil, pois este tipo de questões advém, grosso modo, de um conjunto de crenças e cosmovisões sociais e comunitárias que não devem ser postas em causa diretamente pela instituição.

Por outro lado, relativamente ao projeto KuPE, salienta-se também que, apesar de, na retórica, o desenho e formulação dos projetos de cooperação internacional terem início com uma árvore de problemas e respetivas soluções, e a partir daí ser construído um quadro lógico que serve de matriz para todo o desenrolar da intervenção, não foi esta situação que se observou, sendo que este exercício acabou por ser desenhado praticamente no fim da candidatura, apesar de haver toda uma lógica bastante sólida da ação pretendida levar a cabo, desenhada por profissionais experientes e bastante competentes nesta área.

De referir ainda que, apesar de um dos objetivos do estágio curricular ser a contribuição do estagiário para processo de *Procurement*, este exercício não foi realizado no decorrer do mesmo.

O estágio desempenhado pelo discente assumiu-se como um complemento aos conhecimentos adquiridos no âmbito do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, na medida em que foi possível fazer um paralelismo entre as unidades curriculares frequentadas, nas quais se fez referência às questões do meio ambiente e alterações climáticas, particularmente no que concerne à adaptação climática nos países mais vulneráveis, bem como foi possível pôr em prática as aprendizagens retiradas respeitantes à gestão de projetos de cooperação para o desenvolvimento, através da matriz de enquadramento lógico (MEL), que serve como base de qualquer projeto que seja levado a cabo nesta área.

Para além disso, dentro do próprio desenho do projeto, também é possível identificar alguns paralelismos entre a teoria dada em sala de aula e a realização do estágio curricular, nomeadamente através do envolvimento nas diversas fases do desenho de projetos de cooperação para o desenvolvimento, como a programação, identificação do problema e formulação da solução, que resulta na MEL.

Por fim, o estágio desempenhado pelo aluno foi de facto bastante enriquecedor e útil no que diz respeito à formação do mesmo, pois foi possível desenvolver trabalho em

diversos pontos, como a formulação de candidatura, acompanhamento de IM, elaboração de Tdr, preenchimento de dossiers técnicos, revisão de relatório intermédio de projeto e revisão de diagnósticos, o que permitiu não só o estagiário ter um contacto mais próximo com todo o trabalho desenvolvido pela organização, como também ter um espectro muito alargado de todo o trabalho desenvolvido por este tipo de organizações.

Capítulo 6

Considerações Finais

A ocorrência de desastres naturais é uma realidade cada vez mais frequente em todo o mundo, sendo que, apesar da sua reduzida pegada ecológica, o continente africano é, de facto, aquele que mais sofre com os mesmos, devido à sua grande vulnerabilidade face a estes fenómenos, daí ser impreterível a construção de capacidades locais, regionais e nacionais, através de melhorias relativas às tecnologias agrícolas utilizadas, numa ótica inclusiva e sustentável, sem deixar ninguém para trás. Para isso, revela-se de suma importância o alinhamento com as agendas internacionais no âmbito climático implementadas, especialmente o Acordo de Paris e o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030, por meio do apoio dos países mais desenvolvidos, através de montantes financeiros e desenvolvimento de projetos sólidos e coerentes que permitam a transferência de tecnologia e *know-how*, gestão em parceria, envolvimento do setor privado, empoderamento juvenil e feminino e melhoria da governança climática, que permitam a respetiva mitigação, adaptação e resiliência no seio das comunidades, no sentido de as mesmas se tornarem cada vez menos vulneráveis aos efeitos adversos que proveem das mudanças climáticas. Para além disso, estas boas práticas também devem ser feitas por via da educação e saúde para todos.

Tal como nas intervenções desenhadas e implementadas pela FEC, referidas no presente trabalho, que seguem de igual modo um padrão estabelecido em termos internacionais, a procura pela segurança alimentar e nutricional e a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões deve ser algo transversal a qualquer tipo de projeto que se insira nesta temática, pois, acima de tudo, para além da conservação do meio

ambiente e do planeta Terra, a conservação da vida humana também deve sempre estar na linha da frente de qualquer projeto levado a cabo, tanto pelas ONGD, como qualquer outro tipo de organização que planeie as suas intervenções nas comunidades, regiões e Nações.

ANEXOS

ANEXO 1

Programa de Reforço de Capacidades do Sistema Educativo da Guiné-Bissau (PRECASE) do eixo estratégico Educação, Conhecimento e Competências

Projeto: Programa de Reforço de Capacidades do Sistema Educativo da Guiné-Bissau (PRECASE)			
Eixo Estratégico: Educação, Conhecimento e Competências			
Descrição:	O PRECASE é um programa que visa o aumento dos padrões de qualidade da educação e aprendizagem nos subsistemas pré-escolar, ensino básico e secundário na Guiné-Bissau.		
Localização	Duração	ODS:	
Guiné-Bissau	Abrangência Nacional	<u>Início:</u> Dezembro de 2019	<u>Fim</u> Dezembro de 2023
		ODS 4 (Educação de Qualidade);	
Objetivos e resultados da ação	OG:	Melhoria do sistema de educação da Guiné-Bissau, particularmente a partir de formação de profissionais neste setor.	
	OE:	Melhoria do sistema de educação da Guiné-Bissau, particularmente a partir de formação de profissionais neste setor.	
Custo da Ação (EUR):	Financiador	Parceiros	
3.341.000	Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Cooperação Portuguesa)	Ministério da Educação e Ensino Superior da Guiné-Bissau (MENES) Instituto de Educação da Universidade de Lisboa Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Setúbal	

Fonte: FEC

ANEXO 2

Projeto Nô Cirbe nô Povo – Capacitação da Administração Local para o Desenvolvimento Económico e Social, do eixo estratégico Boa Governação e Advocacia

Projeto: Nô Cirbe nô Povo – Capacitação da Administração Local para o Desenvolvimento Económico e Social			
Eixo Estratégico: Boa Governação e Advocacy			
Descrição:	Projeto que visa a melhoria de capacidades de planeamento e prestação de serviços públicos governamentais das regiões de Gabú e Tombali particularmente no que respeita aos domínios da Educação e Registo Civil, bem como o aumento do acesso comunitário a este tipo de serviços.		
Localização	Duração	ODS:	
Guiné-Bissau	Regiões de Gabú e Tomabali	<u>Início:</u> Junho de 2018	<u>Fim</u> Maio de 2021
		ODS 4 (Educação de Qualidade) ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) ODS 17 (Parcerias em ProL das Metas)	
Objetivos e resultados da ação	<p>OG: Contribuir para a melhoria das capacidades de planeamento e prestação de Serviços Públicos dos Governos de Gabú e Tombali (e respetivas Administrações Setoriais), particularmente nos domínios da Educação e Registo Civil, bem como a aproximação e aumento do acesso das comunidades a estes serviços..</p> <p>OE1: Reforço das capacidades técnicas de planeamento e gestão de recursos humanos dos governos da região de Gabú e Tombali</p> <p>OE2: Delegacia Regional de Educação (DRE) de Gabú operacionaliza o plano de sensibilização das populações para a matrícula das crianças no pré-escolar e no ensino básico, bem como faz uso de instrumentos de monitorização e avaliação da evolução do número de matrículas, abandono escolar e transição entre ciclos e registo civil.</p> <p>OE3: A Conservatória Regional do Registo Civil (CRRC) de Gabú adota sistema informático para o Registo Civil e define e executa um plano de proximidade à população</p>		
Custo da Ação (EUR):	Financiador	Parceiros	
425.228	União Europeia	Governo da Região de Gabú (coordenador) Município de Santa Maria da Feira	

Fonte: FEC

ANEXO 3

Projeto Promoção da Advocacia de Políticas Públicas Inclusivas em Angola (PAPPIA), do eixo estratégico Cidadania Global e Direitos Humanos

Promoção da Advocacia de Políticas Públicas Inclusivas em Angola (PAPPIA)		
Eixo Estratégico: Cidadania Global e Direitos Humanos		
Descrição:	O projeto PAPPIA visa o apoio à participação das OSC, bem como o desenho e implementação de políticas de desenvolvimento inclusivas e boas práticas de governança, promovendo também a literacia orçamental e <i>advocacy</i> , com o objetivo de influenciar o impacto do Orçamento Geral do Estado nas políticas públicas dirigidas aos grupos mais vulneráveis, particularmente nas mulheres.	
Localização Benguela, Huíla, Kwanza Norte, Uíge (Angola)	Duração <u>Início:</u> 1 de fevereiro de 2018 <u>Fim</u> 31 de outubro de 2021	ODS: ODS 5 (Igualdade de Género) ODS 10 (Redução das Desigualdades) ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
Objetivos e resultados da ação	<p>OG: Apoiar a participação das OSC no desenho e implementação de políticas de desenvolvimento inclusivas e boas práticas de governança.</p> <p>OE1: Reforço das capacidades ligadas à literacia orçamental e <i>advocacy</i> das OSC/ Grupos Locais de Direitos Humanos (GLDH), no sentido de os mesmos influenciarem o impacto do Orçamento Geral do Estado (OGE) nas políticas públicas dirigidas aos grupos mais vulneráveis, com particular enfoque nas mulheres.</p> <p>OE2: Informar e influenciar os decisores públicos (nível central, provincial e municipal), as OSC e os cidadãos no geral, através de uma estratégia comunicativa e de <i>advocacy</i> baseada nas evidências.</p>	
Custo da Ação (EUR):	Financiador	Parceiros
1.216.216	Delegação Da União Europeia - Angola FEC	FEC Mosaiko – Instituto para a cidadania

Fonte: FEC

ANEXO 4

Cronograma de atividades

Atividades	2022			
	Março	Abril	Maiο	Junho
Estágio				
Sessão de Boas Vindas				
Candidatura de projeto a linha de financiamento da UE				
Resumo do projeto e preenchimento de dossier técnico do projeto MA TUNINGI Agricultura Sustentável, Organizações Fortalecidas e Comunidades Resilientes em Moçâmedes				
Portfólio FEC				
Levantamento dos recursos produzidos pela organização, suscetíveis de serem replicados.				
Tdr USAKI				
Preenchimento do l'M do projeto IN Escola Inclusiva: Qualidade da oferta e sustentabilidade				
Revisão do projeto IN Escola inclusiva: Qualidade da oferta e sustentabilidade				
Dossier técnico Ekevelo				

Referências Bibliográficas

- Banco Mundial . (2022). *Resiliência à Seca e Segurança Hídrica no Sul de Angola* . Obtido de Banco Mundial :
https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/37189/RESILIENCIA_A_SECA_ANGOLA.pdf?sequence=7&isAllowed=y
- Britannica, T. E. (s.d.). *Amartya Sen* . Obtido de Britannica :
<https://www.britannica.com/biography/Amartya-Sen>
- Denton, F. (2013). *Climate Adaptation* . Obtido de <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/51571/IDL-51571.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Disaster Risk Management Information Management System . (s.d.). *Quadro de Sendai para RRD* . Obtido de Disaster Risk Management Information Management System :
<https://drimims.sadc.int/pt/sendai-framework/sendai-framework-for-drr>
- FRESAN . (s.d.). *Programa FRESAN* . Obtido de FRESAN : <https://fresan-angola.org/programa/>
- Fundação Fé e Cooperação . (s.d.). *Plano Estratégico 2017-2021* . Obtido de FEC ONGD :
https://www.fecongd.org/pdf/planoEstrategicoFEC_2017_2021_PT.pdf
- Savaresi, A. (15 de december de 2015). *The Paris Agreement: a new beginning?* . Obtido de Tand Online :
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02646811.2016.1133983>
- Sen, A. (1988). *The Concept of Development*. Obtido de <https://peeps.unet.brandeis.edu/~teuber/Sen,%20The%20Concept%20of%20Development.pdf>
- Sen, A. (2003). Obtido de https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/Sen-2003_Development-as-Capability-Expansion.pdf
- UNDP . (12 de september de 2018). *Climate Change Adaptation in Africa* . Obtido de UNDP :
<https://www.undp.org/publications/climate-change-adaptation-africa>
- United Nations Climate Change . (s.d.). *Copenhagen Climate Change Conference - December 2009*. Obtido de United Nations Climate Change : <https://unfccc.int/process-and-meetings/conferences/past-conferences/copenhagen-climate-change-conference-december-2009/copenhagen-climate-change-conference-december-2009>
- United Nations Climate Change . (s.d.). *The Paris Agreement* . Obtido de United Nations Climate Change : <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>
- United Nations Climate Change . (s.d.). *What is the Kyoto Protocol?* Obtido de United Nations Climate Change : https://unfccc.int/kyoto_protocol

Williams, D. (2014). *The Study of Development*. https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=4FM1AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=international+development+ideas+experience+and+prospects&ots=b_zBvST5Tj&sig=gyXTO9TY7jr9ZTdf7s_4YYJnM3I#v=onepage&q=international%20development%20ideas%20experience%20and%20pr.